

PROTOCOLO  
REGISTRO GERAL LEGISL.  
8320 de 18 / 11 / 1991  
Atuado e 09 folhas  
Ass. Vilmy

Publique - se inclua - se em  
pauta por CINCO sessões  
14 / 11 / 91  
CARLOS ACOLINIÁRIO - presidente

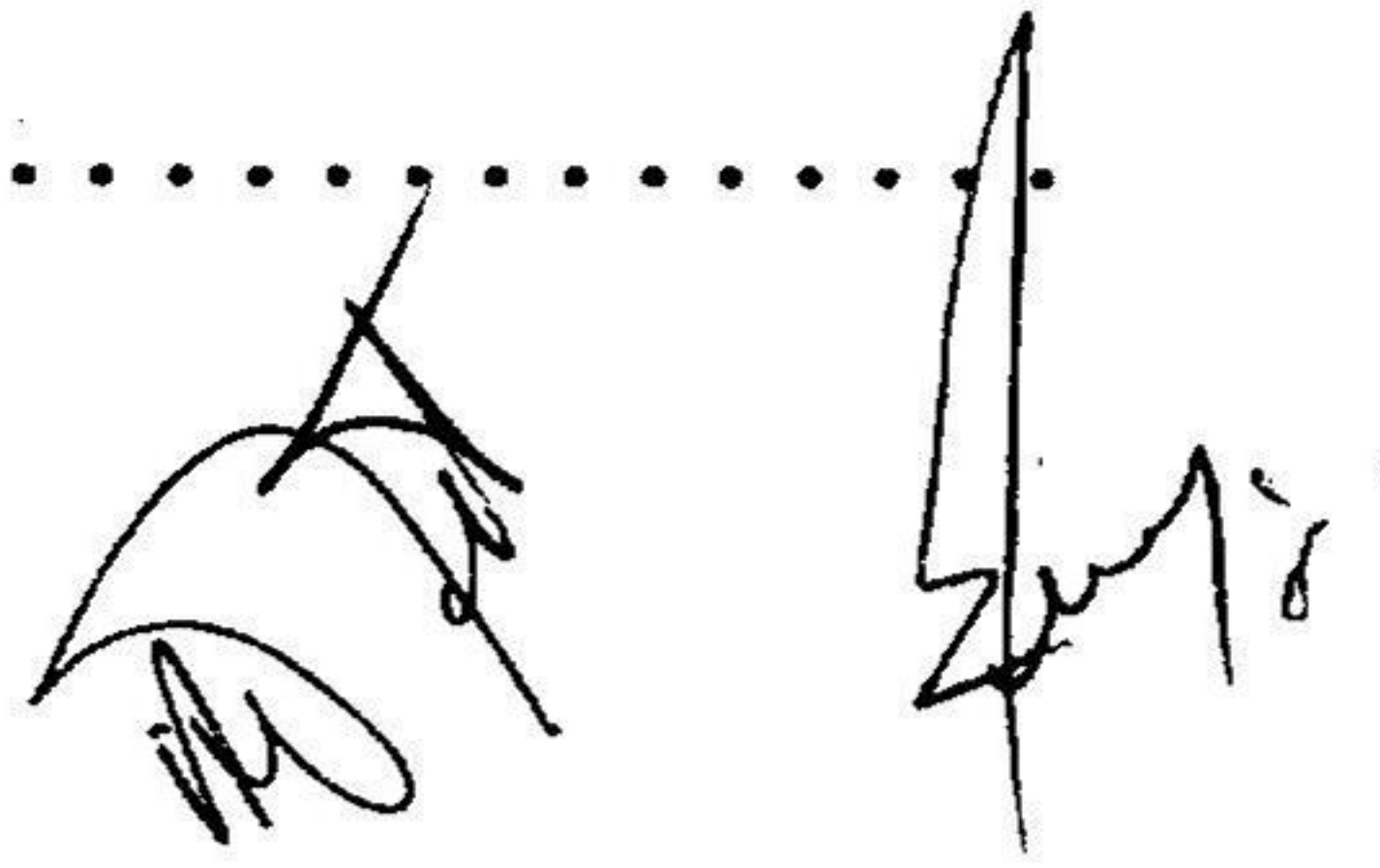
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73, DE 1991

Altera o Regimento Interno em pontos  
que especifica e dá outras providên-  
cias.

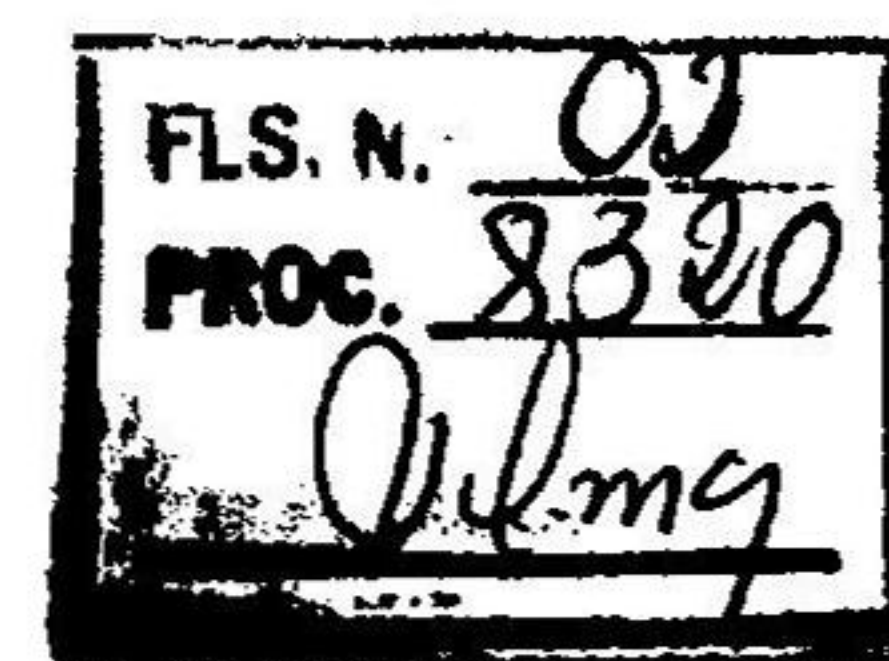
FLS. N.º 01  
PROC. 8320  
Vilmy

Artigo 1º - Passam a vigorar com a seguinte redação os  
dispositivos da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, e modi-  
ficações posteriores, abaixo enumerados :

- I - Artigo 194 - .....  
.....  
I - .....  
.....  
a ) 30 minutos, para discussão de projetos;
- II - Artigo 198 - .....  
.....  
§ 1º - A discussão poderá ser encerra-  
da, por deliberação do Plenário, a requeri-  
mento de um terço, pelo menos, dos membros  
da Assembléia, após 5 horas de discussão, pa-  
ra as proposições em regime de urgência e  
prioridade, e 10 horas, para as em regime de  
tramitação ordinária.
- III - Artigo 173 - .....  
.....  
VI - Urgência.
- IV - Artigo 168 - .....  
.....





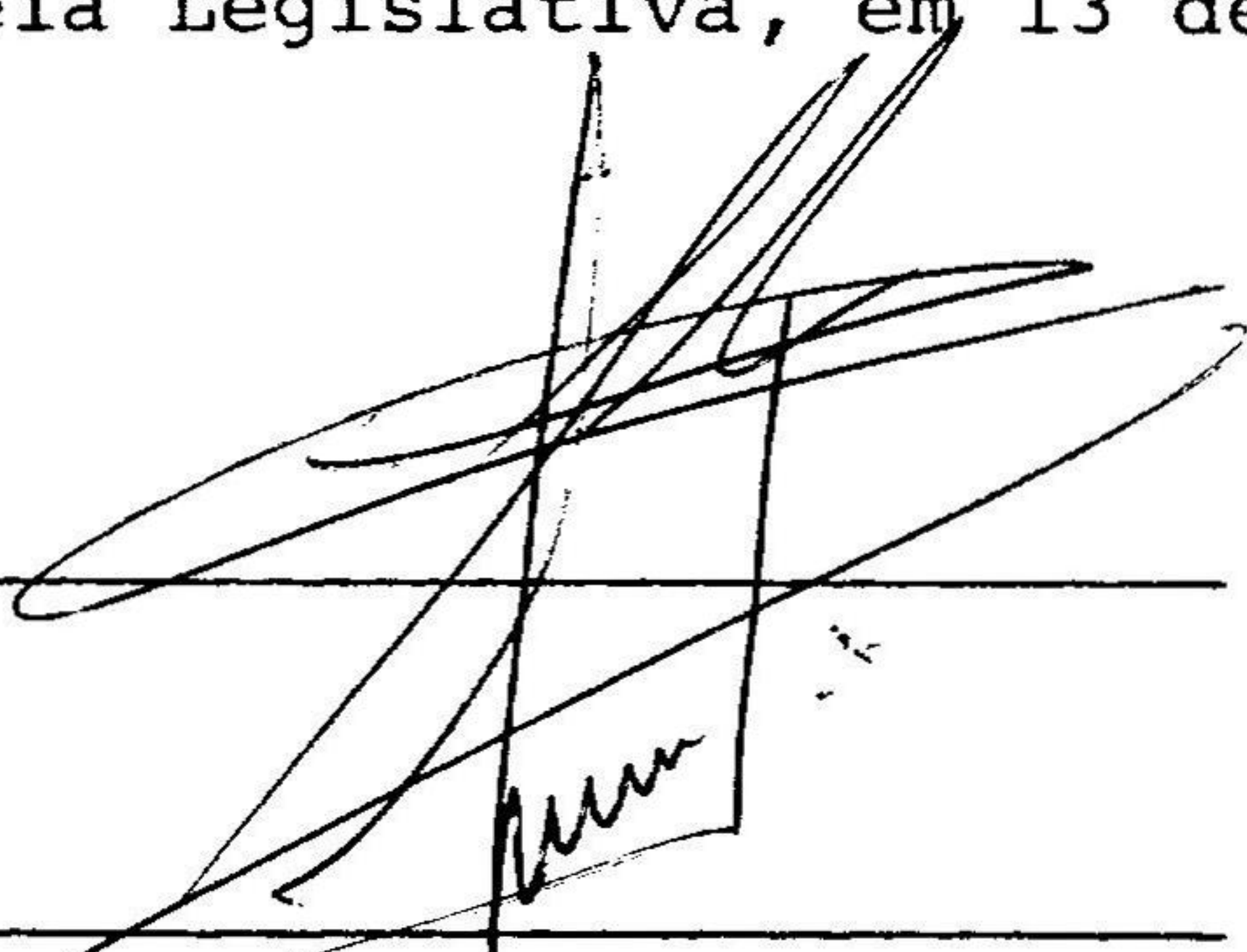
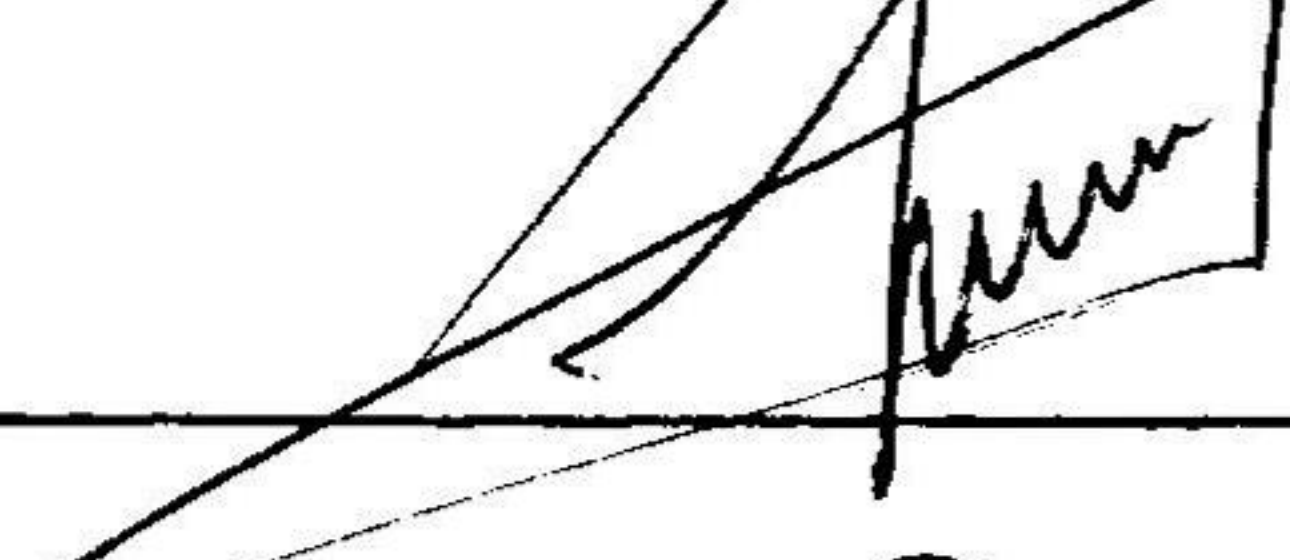
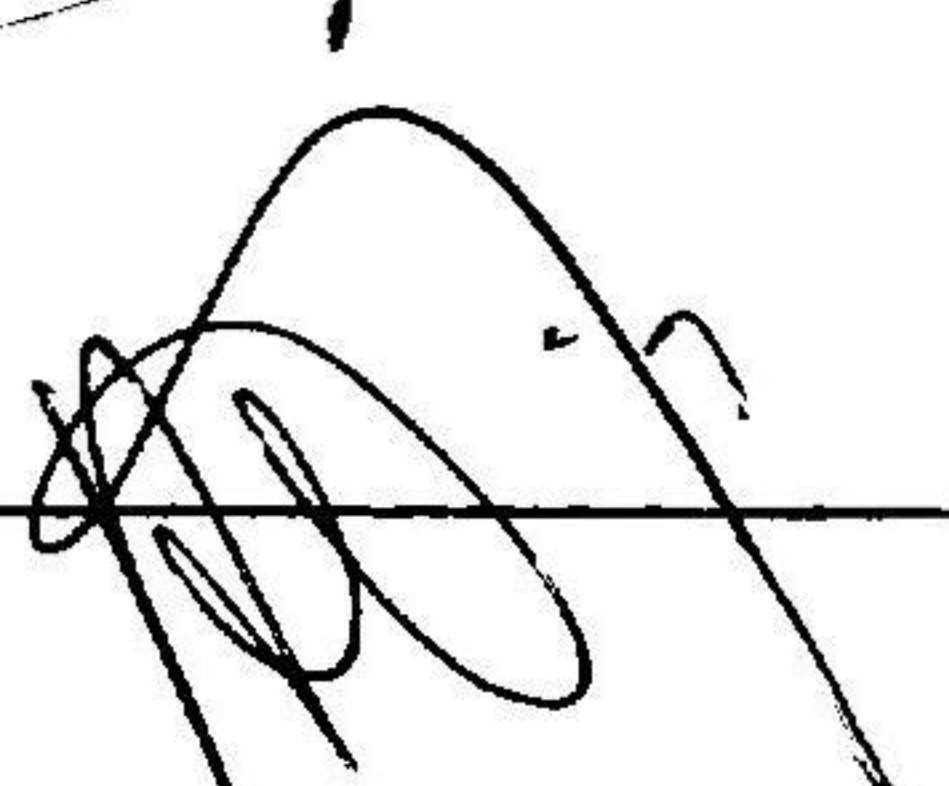


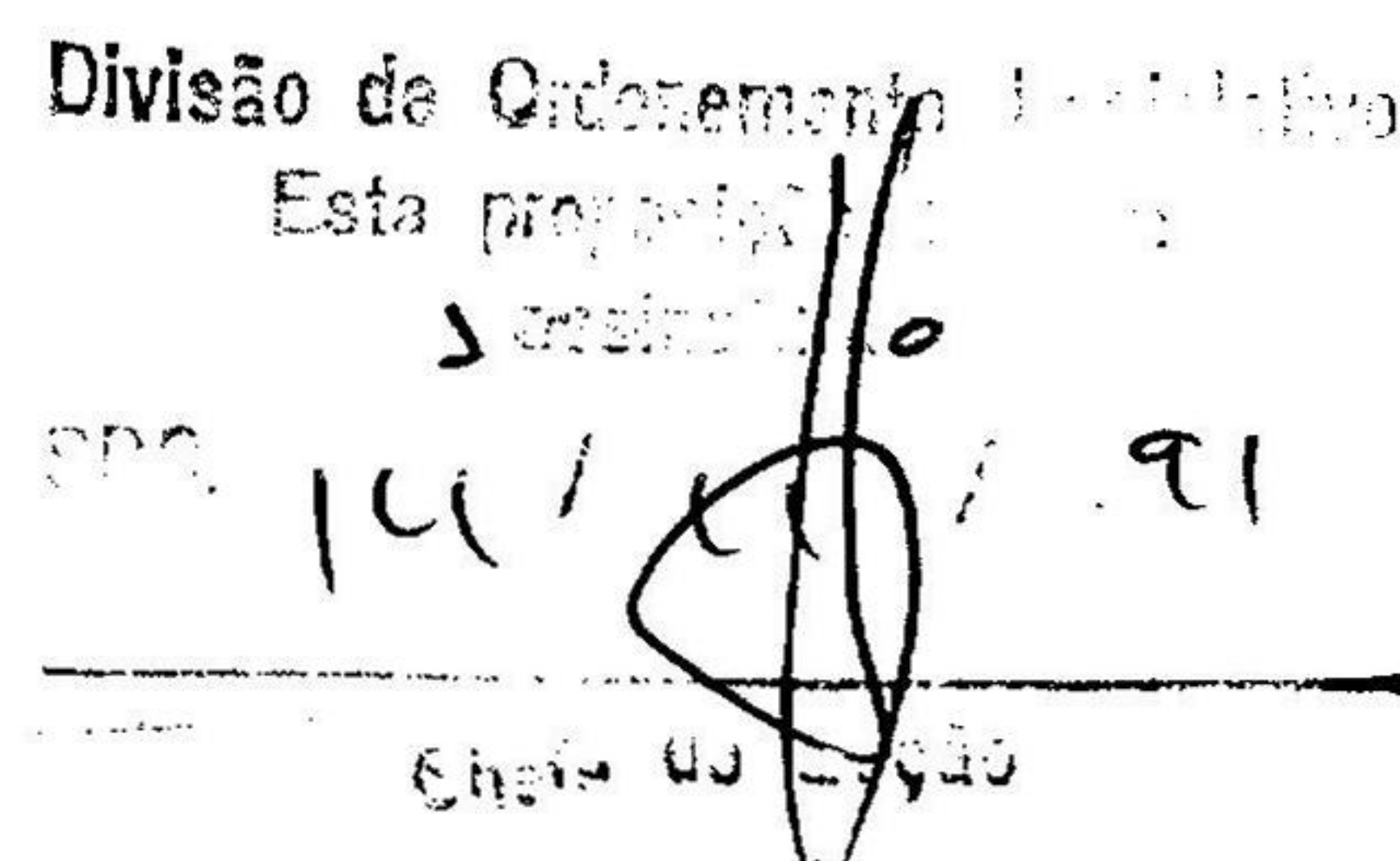
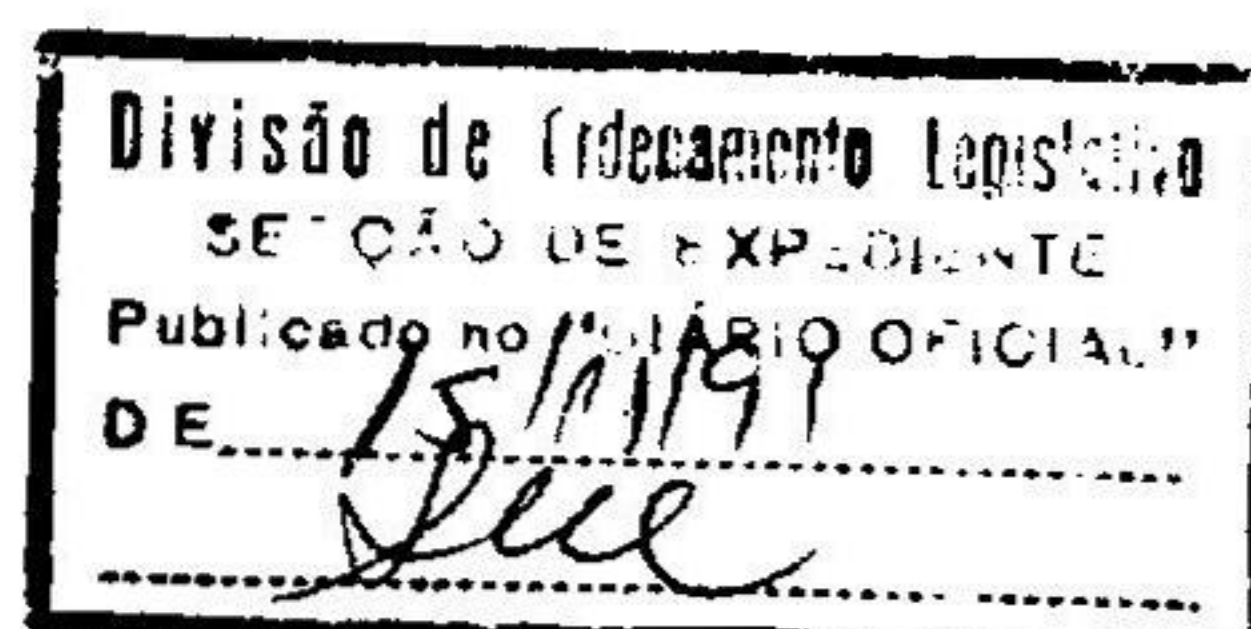
Parágrafo único - Admitir-se-á requerimento de verificação de presença, quando :

- I - Não evidente a existência de " quorum " a juízo do Presidente.
- II - Já decorridos 60 minutos, pelo menos, após a última realizada na mesma sessão.
- III - Formulado por Líder de Bancada, não se aplicando, no caso, o disposto no artigo 78, § 3º.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o inciso II do artigo 174.

Assembléia Legislativa, em 13 de novembro de 1991.

	PRESIDENTE
	1º SECRETÁRIO
	2º SECRETÁRIO





FLS. N.º	03
PROC.	8320
<i>Olmeq</i>	

**JUSTIFICATIVA** - O presente projeto de resolução pretende alterar o Regimento Interno em pontos que poderão contribuir sensivelmente para a agilização dos trabalhos legislativos. Daí porque se pretende reduzir o prazo de discussão de projetos, assim como o de encerramento da discussão das proposições, segundo o regime de sua tramitação. Ao mesmo passo, busca-se submeter apenas a votação os requerimentos de urgência, em atenção até mesmo à sua própria finalidade. Finalmente, quer-se regular de modo mais atento às necessidades da Casa a admissão dos requerimentos de verificação de presença, para permitir, sim, o seu uso, mas disciplinadamente, para que não resvale para o abuso, que é sempre contrário ao interesse público.

\*

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1991

A Ordem do Dia
- 1º Turno -
26/11/1991
CARLOS APOLINÁRIO - Presidente

ARQUIVADO NOS TERMOS DO
ARTIGO 1.º, "CAPUT" DA
RESOLUÇÃO Nº 801/99.
13 / 12 / 1999
VANDERLEI MACRIS - Presidente

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 14-12-99